



**SUBSTITUTIVO ADOTADO
AO PROJETO DE LEI Nº 1.936, DE 2025**

**Cria a Política Nacional de Proteção às
Pessoas com Ostomia e dá outras
providências**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica instituída a Política Nacional de Proteção às Pessoas com Ostomia, com o objetivo de garantir direitos, promover a inclusão social e assegurar assistência integral às pessoas com ostomia permanente ou temporária.

Art. 2º São beneficiários desta Política todas as pessoas com ostomia em território nacional.

Art. 3º A Política Nacional de Proteção às Pessoas com Ostomia compreende as seguintes medidas:

I – isenção de impostos (ICMS, IPI, PIS, COFINS) sobre produtos e acessórios específicos para a ostomia;

II – distribuição gratuita e regular de equipamentos e materiais de ostomia pelo Sistema Único de Saúde (SUS);

III – campanhas de conscientização e educação sobre a ostomia;

IV – centros de referência especializados, estrategicamente distribuídos pelo território nacional, com atendimento multidisciplinar por médicos, enfermeiros, psicólogos, nutricionistas, fonoaudiólogos e assistentes sociais, dentre outros profissionais;

V – auxílio-financeiro para pessoas com ostomia em situação de vulnerabilidade econômica, destinado a cobrir despesas adicionais relacionadas à condição de ostomia;





**CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE TRABALHO**

VI – adaptação de banheiros públicos com cabines acessíveis e equipamentos adequados ao uso por pessoas ostomizadas;

VII – capacitação contínua de profissionais de saúde sobre cuidado a pessoas ostomizadas;

VIII – programas de reabilitação física, reinserção social e laboral.

Art. 4º O SUS fornecerá, gratuitamente e de forma regular, todos os equipamentos e materiais necessários ao cuidado integral e adequado de pacientes ostomizados, abrangendo todos os tipos de ostomia, na forma do regulamento.

Art. 5º O Poder Executivo, por meio do Ministério da Saúde e órgãos competentes, regulamentará a Política Nacional de Proteção às Pessoas com Ostomia.

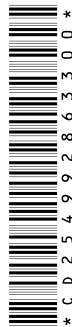
Parágrafo único. O regulamento disposto no *caput* disciplinará a implementação, dentre outras, das seguintes medidas:

I – campanhas de conscientização e educação sobre a ostomia, visando reduzir o estigma, informar a população sobre as necessidades das pessoas ostomizadas e promover sua inclusão social;

II – formação e capacitação contínua de profissionais de saúde sobre o cuidado e manejo de pessoas com ostomia, visando melhorar a qualidade do atendimento e o suporte oferecido aos pacientes ostomizados;

III – apoio psicológico contínuo e gratuito para pessoas ostomizadas e suas famílias, auxiliando na adaptação à nova condição de vida e no enfrentamento do impacto emocional e psicológico que a ostomia pode causar;

IV – programas específicos de reabilitação física e reinserção social e laboral para pessoas com ostomia, promovendo a autonomia e a dignidade dos pacientes, facilitando seu retorno ao trabalho e sua participação ativa na sociedade.





**CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE TRABALHO**

Art. 6º Desde a indicação médica para a realização de cirurgia de ostomia até doze meses após o retorno ao trabalho, o empregado contratado sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, não poderá sofrer dispensa arbitrária ou sem justa causa.

Parágrafo único. A pessoa ostomizada tem direito à adaptação razoável do ambiente de trabalho, por meio de adaptações, modificações e ajustes necessários e adequados que não acarretem ônus desproporcional e indevido, quando requeridos em cada caso, a fim de assegurar o gozo ou exercício, em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas, todos os direitos e liberdades fundamentais.

Art. 7º O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua publicação.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação oficial.

Sala da Comissão, em 15 de outubro de 2025.

Deputado **LEO PRATES**
Presidente

